



Raul Faleiro
Diretor da revista

editorial

Há poucos dias o Tribunal Constitucional (TC), no seu acórdão nº 353/2012, considerou inconstitucionais os artigos 21º e 25º da Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2012).

Estes artigos que suspendiam o pagamento dos subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, a funcionários, aposentados e reformados foram assim considerados “ilegais” à luz da Lei Fundamental no que ao princípio da igualdade diz respeito.

Ora se até aqui a decisão do TC não espanta, pois seria por demais evidente que a aplicação exclusiva de medidas de austeridade a pessoas que auferem remunerações e pensões por verbas publicas, colidia com o princípio já mencionado, já o mesmo não se pode dizer em relação à aplicação do artigo 282º, nº 4 da Constituição.

Este artigo prevê que uma vez provado o excepcional interesse público, se restrinjam os efeitos da declaração de inconstitucionalidade. *Portuguesmente falando, é inconstitucional mas por agora fechamos os olhos.*

Tal como diz o Juiz Conselheiro Carlos Pamplona de Oliveira na sua declaração de voto: “O Governo não estava impedido de apresentar ao Tribunal Constitucional as suas razões quanto à não inconstitucionalidade das normas em causa. Não o fez. Para além disso, precavendo a hipótese de julgamento adverso, teria até o dever de invocar, se as houvesse, as razões de excepcional interesse público que, em seu entender, imporiam uma restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

de. Também não o fez. Perante tais omissões, o Tribunal não pode afirmar – com segurança e o rigor que lhe são exigidos – que há razões de excecional interesse público que impõem uma restrição dos efeitos do seu julgamento, pois fá-lo com base na mera suposição do “perigo” de insolvabilidade do Estado como decorrência da normal vigência dos efeitos do seu julgamento, circunstância que, como se viu, não foi sequer invocada pelo órgão a quem cabe, em primeira linha, a defesa de um tal interesse”.

Sendo assim e tal como comprovado na dita declaração de voto o Governo não argumentou tal como era seu dever em favor a constitucionalidade das normas.

Também isto não é novidade. As graves omissões e ações cometidas por este e outros Governos que continuam a por em causa o bem-estar social dos cidadãos portugueses, são infelizmente o “pão-nosso de cada dia”.

O que era totalmente inesperado... ou talvez não, é que alguns Juizes Conselheiros, se tenham substituído ao Governo na sua obrigação de justificar o injustificável.

Reconhecida que está a inconstitucionalidade apressam-se alguns a arranjar razões que justifiquem o total reconhecimento da lei e da verdade: **É inconstitucional e não é só a partir do próximo ano!**

E depois acham que é politicamente incorrecto que se fale cada vez mais na partidarização dos tribunais e do pilar judicial português. Fica à vossa consideração.

«JÁ ÉS SÓCIO DA TUA ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA?»

Em Países como a Holanda, a Alemanha, a Irlanda e outros, os níveis de representatividade das associações/sindicatos rondam os 90%, o que fortalece a capacidade reivindicativa das mesmas.

Em Portugal estamos longe desses números, mas acreditando nos bons exemplos, estamos certos que fortalecer a Associação de Praças (AP) é o caminho para melhorar as condições socioprofissionais da Categoria.

ASSOCIA-TE NA AP, ASSOCIA UM(A) CAMARADA, AJUDA A ENGROSSAR A NOSSA VOZ!

Fundo de Solidariedade



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Balcão: Rua do Ouro N.º conta: 069763207330

NIB: 0035 0697 00632073300 73

VALOR DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE EM 16 DE JULHO: 1.813,84€